



MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

ATA DA TRICENTÉSIMA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS

Aos sete e oito dias do mês de novembro de 2019, na Fundação Oswaldo Cruz, auditório da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, localizada na Rua Leopoldo Bulhões, 1480, Manguinhos, Rio de Janeiro, realizou-se a Tricentésima Vigésima Terceira Reunião Ordinária do CNS. Estabelecido o quórum, às 9h25, conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS, iniciou a sessão, com saudações aos presentes e agradecimentos à FIOCRUZ pela acolhida e oportunidade de participar das comemorações dos 120 anos da Fundação. Em seguida apresentou os objetivos da 323ª RO: **1)** Socializar os informes e apreciar as indicações. **2)** Participar do Lançamento do Relatório Final da 16ª Conferência Nacional de Saúde. **3)** Apreciar e deliberar o Relatório Anual de Gestão – RAG 2018 no ponto de pauta da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento – COFIN. **4)** Apreciar as indicações e deliberar sobre a eleição dos membros para a composição da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, mandato 2020/2024. **5)** Analisar e deliberar as demandas da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho – CIRHRT. **6)** Debater a manifestar-se sobre o tema Genocídio da População Negra. **7)** Participar da Manifestação pela Vida e pela Paz. **8)** Validar o Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Saúde. **9)** Socializar e deliberar as demandas das Comissões Intersetoriais, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, Coordenação de Plenárias dos Conselhos de Saúde e encaminhamentos do Pleno. Em seguida, justificou a ausência da conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos** na mesa de abertura. Após, procedeu ao primeiro ponto da pauta. **ITEM 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA 321ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - APROVAÇÃO DA PAUTA DA 323ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - Apresentação:** conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS. **APROVAÇÃO DA ATA DA 321ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS – Deliberação:** a ata foi aprovada por unanimidade com um acréscimo do conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**. **APROVAÇÃO DA PAUTA DA 323ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS - Deliberação:** a pauta da 323ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade, com ajustes no horário, dada a necessidade de encerrar os trabalhos às 17 horas. **ITEM 2 – EXPEDIENTE - Justificativa de ausências. Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde. Datas representativas para a saúde no mês de novembro. Informes. Indicações. Coordenação:** conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS; e **Ana Carolina Dantas Souza**, Secretária-Executiva do CNS. **Justificativa de ausências – justificativas enviadas previamente:** **Bruno César Almeida de Abreu**. **Justificativas feitas na reunião:** representantes titulares do Ministério da Saúde. **Apresentação de Convidados (as), novos Conselheiros (as) e Coordenadores (as) de Plenária de Conselhos de Saúde - Novos conselheiros:** I – **Usuários** - Titular: **Vitória Davi Marzola** - União Nacional dos Estudantes - UNE (substituindo Nara Monte Arruda). IV - **Segmento do Governo Federal:** 1º Suplente: **Ana Lúcia de Assis Gurgel** - Ministério da Saúde (substituindo Karla Larica Wanderley). 2º Suplente: **Karla Larica Wanderley** - Ministério da Saúde (substituindo Maria Inez Pordeus Gadelha). **Coordenadores de Plenária:** **Jacildo de Siqueira Pinho** – Mato Grosso; **Joelma Brito da Silva** – Piauí; **Maria da Conceição dos Santos** – Rondônia; **Palmira da Aparecida Soares Rangel** – Paraná; e **Tibério Guimarães Lima** – Alagoas. **Datas representativas para a saúde no mês de novembro** – 8 de nov. - Dia do Radiologista. 10 de nov. - Dia Nacional da Surdez. 14 de nov. - Dia Nacional e Mundial da Diabetes. 16 de nov. - Dia Nacional dos Ostomizados. 17 de nov. - Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata. 17 de nov. - Dia Nacional de Combate à Dengue. 17 de nov. - Dia Internacional do Estudante. 20 de nov. - Dia Mundial da Criança. 20 de nov. - Dia da Proclamação dos Direitos da Criança pela ONU. 20 de nov. - Dia do Biomédico. 20 de nov. - Dia Nacional da Consciência Negra. 21 de nov. - Dia Nacional da Homeopatia. 23 de nov. - Dia

Nacional de Combate ao Câncer Infantil. 25 de nov. - Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher. 25 de nov. - Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue. 25 de nov. - Dia Internacional contra a Exploração da Mulher. 27 de nov. - Dia Nacional de Luta contra o Câncer. **Inclusão:** 3 de nov. – Dia Mundial da Saúde Única. **INFORMES - 1)** Dia Mundial do Diabetes, 14 de novembro. **Apresentação:** conselheiro Luiz **Carlos Medeiros de Paula**. **Solicitação:** pautar debate sobre “diabetes” no Radar. **2)** Informe sobre Nota Técnica nº 24/2019 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO/SE/MS sobre o Relatório Anual de Gestão - RAG 2018. **Apresentação:** conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**. **3)** Informe do FENTAS sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 231/2012, que cria o Fundo Nacional para Pesquisas em doenças Raras e Doenças Negligenciadas. O Projeto, aprovado em 5 de setembro de 2019, foi vetado integralmente pela Presidência da República em 2 de outubro de 2019. A CIASP e a CICTAF estão elaborando documento para ser apresentado na reunião do Conselho; e Informe da CIASPD sobre a substituição do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado - IFBr-M pelo Protocolo Brasileiro de Avaliação da Deficiência – PROBAD – a Comissão elaborou recomendação ao Congresso Nacional a esse respeito (a minuta seria apreciada posteriormente). **Apresentação:** conselheira **Priscilla Viégas**. **4)** Informe sobre a tramitação do Projeto de Lei nº. 7.082/2017, que trata sobre pesquisa clínica com seres humanos e o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos. **Apresentação:** conselheira **Francisca Valda**. Neste ponto, a mesa registrou a presença do diretor do DENASUS, **Claudio Azevedo Costa**. **INDICAÇÕES - 1)** Indicação de conselheiro (a) para a Coordenação-Adjunta da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho - CIRHRT, em substituição a Nara Monte Arruda (UNE). **Encaminhamento: o Fórum de Usuários irá discutir e apresentar a indicação no próximo mês.** **2)** Indicação de conselheiro (a) para a Coordenação-Adjunta da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, em substituição a Francisca Valda da Silva (ABEN). O FENTAS irá debater e apresentar a indicação na Reunião Ordinária do mês de dezembro. **Encaminhamento: o Fórum de Trabalhadores irá discutir e apresentar a indicação na Reunião Ordinária do mês de dezembro.** **3)** Indicação de três conselheiros para compor a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP, em substituição a Gilson Silva (Força Sindical), Getúlio Vargas de Moura Júnior (CONAM) e Maria Laura Carvalho Bicca (FENAS). **Encaminhamento: os Fóruns de Segmentos irão debater e apresentar os nomes na Reunião Ordinária do mês de dezembro.** **4)** A Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ, a Rede Brasileira de População em Desenvolvimento - REPRAPD e a Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ), realizarão nos dias 5 e 6 de novembro de 2019 o “Seminário Nacional de População e Desenvolvimento: 25 anos pós CIPD Cúpula de Nairóbi”, no Auditório do Museu da Vida, FIOCRUZ/RJ. Obs.: convite chegou sem prazo para emissão de passagem. **Indicação: conselheira Vanja Andréa Reis dos Santos (para referendar).** **5)** Indicação para compor Comissão Eleitoral paritária que será responsável por concluir o processo eleitoral da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP: **Indicações para referendar:** dois representantes do segmento dos usuários: conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**; e conselheira **Vanja Andréa Reis dos Santos**; um representante do segmento dos profissionais de saúde: **Elaine Junger Pelaez**; e um representante do segmento dos gestores/prestadores de serviço: conselheiro **Arlison Cardoso da Silva**. **Deliberação: as indicações foram aprovadas por unanimidade.** Conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS, aproveitar para agradecer ao chefe de gabinete da presidência da FioCruz/RJ, **Valcler Rangel**, pela acolhida e receptividade do Conselho no espaço da ENSP/FIOCRUZ. Também registrou a presença do Presença diretor da ENSP, **Hermano Albuquerque**. **ITEM 3 – LANÇAMENTO DO RELATÓRIO FINAL DA 16ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE - Composição da mesa:** conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS; **Nísia Trindade**, Presidenta da FIOCRUZ; **Socorro Gros**, OPAS; **Zaira Vanda**, Presidenta do CES/RJ; **Ronald Ferreira dos Santos**, coordenador geral adjunto da 16; **Francisca Rego**, coordenadora da comissão de relatoria da 16ª; conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, segmento de gestores/prestadores; **Priscila Viegas**, segmento dos trabalhadores; **Ana Lúcia Marçal**, segmento dos usuários. Inicialmente, foi apresentado vídeo com momentos expressivos da etapa nacional da 16ª Conferência Nacional de Saúde. Iniciando as manifestações da mesa, fez uso da fala a Presidenta da FIOCRUZ, **Nísia Trindade**, que manifestou satisfação com o trabalho conjunto que vem sendo realizado em parceria com o Conselho. Considerou importante a participação da FIOCRUZ na 16ª Conferência, representada por Marcos Menezes, Valcler Rangel, Fabiana Damasio, Socorro Souza e retirou a necessidade de continuar esta parceria no pós-conferência para garantir a implementação das propostas aprovadas. Ademais, chamou a atenção para: a mudança na

sociedade, com maior participação social, inclusive de jovens; o desafio para o enfrentamento das desigualdades; a aproximação da teoria com a práxis; as mudanças universais no meio ambiente e no trabalho; e 4ª revolução tecnológica. Por fim, destacou que somente uma discussão democrática que considere a saúde e o SUS como patrimônios contribuiria para construção da democracia brasileira. Conselheira **Priscila Viegas** foi enfática ao referir-se à 16ª Conferência como resgate da 8ª, um marco da democracia em saúde. Também ressaltou a importância do reconhecimento da classe trabalhadora frente aos grandes desafios que ora se apresentam e os seus enfrentamentos. No seu ponto de vista, a 16ª foi um processo de construção coletiva com inovações, a exemplo das atividades autogestionadas. O afeto, ressaltou que deve estar presente em todas as frentes de luta, lembrando que saúde se faz com cuidado, toque e acolhimento. Concluiu ressaltando a importância de capilarizar o processo pós-conferência, agregando os movimentos sociais para garantir a efetividade da implementação das propostas. Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** parabenizou a FIOCRUZ, sinalizando que a luta da saúde se entrelaça com a pauta permanente da Instituição em relação à saúde como fator de desenvolvimento. Para tanto, reconheceu a importância do lançamento do Relatório da 16ª Conferência nesse espaço como parte das comemorações dos 120 anos de existência. Ressaltou ainda a saúde enquanto direito de todos e o esforço coletivo para realização da Conferência como espaço de avaliação e proposições do controle social. Chamou a atenção, por fim, para a urgência e necessidade de que se proceda a devolutiva das propostas aprovadas na Conferência, envolvendo entidades, movimentos sociais, academia, entre outros. Conselheira **Ana Lúcia Marçal** reconheceu o Relatório da 16ª Conferência como a tradução, o resultado de um processo em que todos os segmentos e a população em geral foram protagonista na construção e no resultado do processo. Sendo assim, espera que todos se unam para garantir que as deliberações se transformem, de fato, em ações de saúde para toda a população em um território onde falta atendimento, medicamentos e insumos. A Presidenta do CES/RJ, **Zaira Vânia**, na mesma linha das manifestações anteriores, ressaltou a importância da devolutiva neste momento em que o controle social enfrenta embates para o exercício de seu papel. Ademais, conclamou a todos os segmentos para lutar em prol de uma saúde que contemple toda a população, do ponto de vista universalidade, integralidade e equidade. A representante da OPAS, **Socorro Groes**, registrou, inicialmente, que o Brasil e o mundo passa por um momento histórico com a realização da 16ª Conferência, que debateu saúde como democracia e um modo de desenvolvimento para as pessoas. Também afirmou que o SUS é um baluarte, a tocha que move as Américas, o único sistema centrado nas pessoas, estruturado para garantir acesso universal à população. Nas suas palavras, o SUS tem raiz na universalidade, integralidade e equidade e, por isso, deve ser mantido. Nessa perspectiva, observou que, como se sabe, saúde não é mercadoria e sim um direito universal, sendo, pois, o SUS um referencial de sistema inclusivo para as Américas e para o mundo. **Ronald Ferreira dos Santos** disse que a realização da 16ª Conferência foi um marco significativo no debate da saúde, que aconteceu em momento de ataque ao Estado democrático de direito, fortalecendo a proteção da democracia e do território. Foi um momento histórico que reafirmou o rumo de um dos avanços civilizatórios do país. Porém, chamou a atenção para o risco do retorno da lógica de “mercantilização da saúde”, com tratamento de pessoas como coisas e da desconstrução das instituições que produzem ciência (saúde). Diante disso, conclamou a todos para se unirem em uma frente combativa para evitar que isso aconteça. Um dos caminhos seria envidar esforços para que as propostas aprovadas na 16ª Conferência ganhem espaços (escolas, conselhos, praças) e repercutam nas pautas dos candidatos às eleições municipais. A coordenadora da relatoria da 16ª CNS, **Francisca Rego**, agradeceu toda a equipe da relatoria da Conferência nas pessoas de Debora, Alcindo, Geordecio e saudou a assessoria técnica do Conselho que contribuiu com a comissão de relatoria. Explicou que o Relatório da Conferência fora elaborado de forma acessível a todas as pessoas e com a intenção de retratar com fidelidade todo o processo construído de forma ascendente. Pontuou algumas questões inegociáveis que precisam ser defendidas: atenção básica como porta de entrada, financiamento suficiente para o Sistema, princípios do SUS. Finalizando, afirmou que a Comissão entregou o produto no tempo definido e agora o Relatório poderá nortear as discussões e reforçou a responsabilidade do Controle social na defesa da democracia e dos direitos conquistados. Conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS, interveio para, primeiramente, falar sobre a parceria importante com o Canal Saúde e o trabalho essencial de divulgação e informação realizado pela área de Comunicação do CNS na 16ª Conferência. Reafirmou que a Conferência é repleta de simbolismo que precisa ser reforçado por cada um dos participantes, uma vez que a grande mídia se faz indiferente à

magnitude e relevância desse evento. Para contrapor o que vem sendo dito, chamou a atenção para duas questões fundamentais, a primeira diz respeito à realização de mais de 4.600 conferências municipais e a segunda à presença de mais 60% de novos participantes na Etapa Nacional, o que significa dizer que houve participação expressiva com grande renovação. Também fez alusão aos diferentes saberes para ressaltar que um não se sobrepõe ao outro. Ao contrário, se ajudam, se complementam e, sendo assim, é necessário que se garanta a todos o acesso igualitário às informações. Depois, lembrou que o SUS tem como um dos eixos estruturantes o Controle Social, garantido na legislação e, por isso, se faz urgente uma luta permanente com foco na saúde enquanto qualidade de vida e não como mercadoria. Em relação ao Relatório da 16ª CNS, disse que o documento "Saúde e Democracia", que contém as propostas, deve ser disseminado em reuniões, encontros, seminários, plenárias, rodas de conversas, associações, enfim, em todos os espaços onde os usuários estiverem. Para concluir, disse que a luta é grande, mas é uma boa luta! Não houve encaminhamentos neste ponto de pauta. Definido esse ponto, às 12h30, o Presidente do CNS encerrou a manhã do primeiro dia de reunião. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras: *Titulares* - **Altamira Simões dos Santo de Souza**, Rede Nacional Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e Aids; **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Raras – SUPERANDO; **André Luiz de Oliveira**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; **Antônio Lacerda Souto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG; **Antônio Magno de Sousa Borba**, Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde; **Carlos de Souza Andrade**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **Delmiro José Carvalho Freitas**, Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; **Denise Torreão Correa da Silva**, Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA; **Eduardo Maércio Fróes**, Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia – ABRALE; **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; **Elisabete Pimenta Araújo Paz**, Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Gerídice Lorna Andrade de Moraes**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares – ABRAZ; **Gilene José dos Santos**, Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINTAPI/CUT; **Joana Batista Oliveira Lopes**, Federação Nacional dos Odontologistas – FNO; **Jupiara Gonçalves Castro**, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Pública do Brasil – FASUBRA; **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional das Associações e Entidades de Diabetes – FENAD; **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de Psicologia – CFP; **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, Articulação Nacional de Luta Contra a AIDS – ANAIDS; **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde; **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; **Rildo Mendes**, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-SUL; **Ruth Cavalcanti Guilherme**, Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN; **Shirley Marshal Diaz Morales**, Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE; **Solimar Vieira da Silva Mendes**, Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – Unasus/sindical/SINAUS; **Sueli Terezinha Goi Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida – REDEUNIDA; **Valdenir Andrade França**, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; e **Vanja Andréa Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres – UBM. *Suplentes* - **Adolorata Aparecida Bianco Carvalho**, Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; **Alex Gomes da Motta**, Pastoral da Saúde Nacional; **Alceu Kuhn**, Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; **Arilson da Silva Cardoso**, Conselho Nacional de Secretárias Municipais de Saúde – CONASEMS; **Debora Raymundo Melecchi**, Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR; **Deise Araújo Souza**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **Elgiane de Fátima Machado Lago**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Geordeci Menezes de Souza**, Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Giancarlo de Montemor Quagliarello**, Conselho Federal de Odontologia – CFO; **Gilson Silva**, Força Sindical – FS; **Haroldo Jorge de Carvalho Pontes**, Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; **José Vanilson Torres**, Movimento Nacional de População de Rua – MNPR; **Ligia Aparecida Correa Cardieri**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – RNFS; **Marcia Patrício de Araújo**, Associação Brasileira dos

Ostomizados – ABRASO; **Maria da Conceição Silva**, União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; **Maria Laura Carvalho Bicca**, Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; **Michele Seixas de Oliveira**, Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; **Myrian Coelho Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN; e **Vitória Bernardes Ferreira**, Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose – AME. Retomando os trabalhos, às 14h20, a mesa foi composta para o item 4 da pauta. **ITEM 4 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN - Relatório Anual de Gestão – RAG 2018 do Ministério da Saúde - Apresentação: Francisco Funcia**, assessor técnico da COFIN/CNS. *Coordenação:* conselheiro **André Luiz Oliveira**, coordenador da COFIN/CNS. Iniciando este ponto de pauta, o coordenador da COFIN/CNS resgatou como se deu o processo de discussão no CNS do Relatório Anual de Gestão – RAG 2018 do Ministério da Saúde, detalhando que fora objeto de debate em cinco reuniões da Comissão. Como resultado final, explicou que fora elaborado parecer sobre o RAG 2018 e avaliação do Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2018 do Ministério da Saúde (com indicação de medidas corretivas). Também informou o Pleno que a COFIN/CNS recebera a Nota Técnica nº 24/2019-SPO/SE/MS com esclarecimentos ao CNS relativos ao Relatório Anual de Gestão - RAG 2018. Em resposta, o assessor técnico da COFIN elaborou documento com comentários referentes à Nota Técnica da SPO/SE/MS. Neste ponto, conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** interveio para perguntar aos presentes se haviam lido a Nota que fora encaminhada pela SPO/MS, tendo como retorno a manifestação afirmativa de apenas nove conselheiros. Em razão disso, fez um apelo ao Pleno que atendessem ao pedido do Ministério da Saúde e deixasse a discussão do RAG para o mês de dezembro, mesmo porque a reunião de novembro estava ocorrendo fora de Brasília, dificultando a presença de representantes da SPO. Uma outra questão que considerou relevante foi o fato de a Nota da SPO/MS só ter sido disponibilizada naquela semana, o que impossibilitou aos conselheiros tomarem conhecimento com tempo do seu teor. Conselheiro **André Luiz de Oliveira**, a respeito da solicitação do Ministério da Saúde, entendeu que deveria ser submetida à consideração do Pleno do CNS. Por conta disso, colocou em votação as propostas: 1) adiar a votação do RAG para a reunião ordinária do mês de dezembro; e 2) votar na reunião. **Deliberação: como resultado, foi aprovada a proposta 2, com 22 votos, a proposta 1 obteve sete votos e houve duas abstenções.** Após, o assessor técnico da COFIN/CNS, **Francisco Funcia**, apresentou um documento com comentários referentes à NT 24/2019 da SPO/SE/MS, recebida por mim hoje, dia 06/11/2019, em resposta à minuta do parecer conclusivo do RAG 2018, na sequência dos itens apresentados: 3.1. Não houve divergência de análise. 3.2. Queda do valor empenhado como proporção da Receita Corrente Líquida. A competência legal do Conselho Nacional de Saúde na análise do RAG não se restringe somente aos dispositivos da LC 141, mas também da Lei 8.142/90, nos termos constitucionais estabelecidos para a participação da comunidade no SUS. 3.3 a 3.6. Compensação formal do valor total dos Restos a Pagar cancelados no ano anterior. A avaliação feita pela COFIN/CNS deixou claro que houve a compensação integral do valor dos RP cancelados no anterior por meio de valor empenhado acima do piso. Porém, reiterou a observação de outros anos: por força da interpretação equivocada da LC 141, a AGU arbitrou favoravelmente à posição do Ministério do Planejamento desde 2013 quanto à obrigatoriedade de compensação formal de RP cancelados somente de empenhos de 2012 em diante. O CNS já manifestou discordância desse entendimento e, por isso, tem apresentado esse apontamento desde 2013. Em relação à Observação 2, o fato do TCU considerar regular os esclarecimentos do MS sobre os RP cancelados desde 2000 não exime o MS de prestar os esclarecimentos ao CNS enquanto instância máxima de deliberação do SUS nos termos da Lei 8142/90. Quanto à Observação 3, os esclarecimentos prestados não foram completos (por todas as áreas), nem suficientes para demonstrar a viabilidade técnico-financeira da execução desses Restos a Pagar. Portanto, as respostas 3.3 a 3.6 estão incompletas/insuficientes, conforme esclarecido anteriormente. 3.7 a 3.11 Despesas inscritas em restos a pagar: a COFIN/CNS não questionou o ato de inscrição e de inscrição de RP, bem como é conhecedora da Lei 4320/64. O questionamento foi referente à manutenção dos elevados valores desde 2017, sendo que a queda justificada não foi suficiente para retomar os níveis mais baixos anteriores a 2017, conforme demonstrado no próprio quadro apresentado pelo MS. 3.12 e 3.13 Critério de escolha para execução parcial das despesas: a análise da COFIN/CNS foi baseada nos baixos níveis de liquidação da despesa, que corresponde a fase da despesa pública em que um serviço é executado ou um bem entregue. A análise da SPO foi baseada na despesa empenhada, que também é importante e precede a fase de liquidação da despesa, expressando o quanto do orçamento está comprometido com as ações e serviços que serão

implementados. 3.14 e 3.15, Quadro apresentado nessa NT com as despesas por subfunção: confirma os argumentos apresentados durante os esclarecimentos prestados, conforme relatado na minuta do Parecer: parte das despesas com AB referentes às Emendas Parlamentares foram classificadas em uma subfunção genérica "Administração Geral", o que fez com que a análise com os valores classificados na subfunção específica (301) ficasse incompleta. Com o quadro apresentado na NT retificando a informação apresentada anteriormente pela SPO no RAG, é possível aferir que houve um aumento da razão AB/AHA (para 0,46) em comparação aos anos anteriores, retomando um processo verificado até 2014 e em consonância com o CNS. 3.16 Transferências fundo a fundo: seria importante que nos próximos RAGs houvesse a avaliação de impacto dessas transferências nas condições de saúde da população, considerando o caráter tripartite da gestão. O RAG apresenta esclarecimentos para as metas de cada objetivo, sendo que seria importante uma análise desse impacto nas próximas edições. 3.17 Referente à disponibilidade caixa dos RP: não houve divergência da NT em relação à minuta de parecer conclusivo, apenas uma complementação que expressa o procedimento contábil adotado. 3.18 à 3.20 Análise da execução das metas e dos baixos níveis de liquidação: a COFIN/CNS considerou apenas a comparação quantitativa dos índices das metas - previstas X realizadas. Compete ao CNS avaliar a justificativa apresentada na NT. Quanto ao item 3.20 (baixos níveis de execução da despesa pelo critério de liquidação), trata-se de metodologia que a COFIN/CNS adota por deliberação do pleno do CNS, inclusive a comparação por quadrimestre desde 2016, o que permitiu aferir a reincidência de itens de despesa. Porém, exceto a crítica feita na NT em relação à metodologia (pois se trata de metodologia com fundamentação técnica no âmbito das finanças públicas), é oportuno destacar que a metodologia adotada pela SPO (que considera o empenho como fase da despesa que deveria ser adotada) também tem fundamento técnico e abrange outra dimensão importante de análise da despesa no campo das finanças públicas. Conselheiro **Haroldo de Carvalho Pontes** interveio para manifestar-se favorável à aprovação do RAG 2018, considerando a Nota Técnica nº 24/2019-SPO/SE/MS, encaminhada pela SPO ao CNS. Conselheiro **Arilson da Silva Cardoso**, em sua manifestação, disse que o CONASEMS defendia a aprovação do RAG com ressalvas, por entender que posição contrária poderia comprometer a respeitabilidade do CNS. Conselheiro **Geordeci Menezes de Souza**, a propósito do debate, chamou a atenção para os itens que, em seu modo de ver, tiveram problemas na execução orçamentária, como, por exemplo, Vacinas e ações relativas à saúde do trabalhador (CEREST). Em razão disso, manifestou-se favorável à reprovação do RAG, justificando que, não era só obedecer a EC nº. 95, mas considerar o que deixou de ser aplicado causando prejuízo à saúde da população brasileira. Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** concordou com a defesa de mais recursos para a saúde, porém, foi refratário à ideia de desaprovação do RAG. No seu ponto de vista, o recomendável seria aprovar com ressalvas e acompanhar os seus desdobramentos. Conselheira **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira** ressaltou que o Relatório vinha sendo discutido há algum tempo na COFIN que trouxe, inclusive, para o Pleno análises técnicas que serviram de subsídio à manifestação segura do indeferimento do RAG. Conselheira Elaine foi enfática ao defender a não aprovação explicando que a baixa execução orçamentária na saúde compromete a qualidade dos serviços, repercutindo, o que é mais grave, na morte das pessoas. Conselheiro **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, na linha das últimas intervenções, também se manifestou favorável à reprovação do Relatório, ressaltando as consequências da baixa execução orçamentária para a população em geral. Para além das metas físicas, considerou importante que também fossem analisadas as metas qualitativas. A fim de esclarecer o Pleno antes da votação, conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** solicitou à coordenação da mesa que tornasse claro o objeto da votação. Em retorno à solicitação de esclarecimento, conselheiro **André Luiz de Oliveira** disse não estava sendo votada naquela oportunidade a execução orçamentária do Ministério da Saúde, mas sim o RAG. Para melhor esclarecer, lembrou que a COFIN fizera avaliação sistematizada, com elaboração de relatório, sem recomendar, entretanto, a aprovação ou reprovação, para deixar os conselheiros à vontade no seu poder de decisão. Concluídas as intervenções, o conselheiro consultou o Plenário para saber se estava esclarecido para o processo de votação, colocando para decisão as seguintes propostas: 1) Aprovar o RAG. 2) Aprovar o RAG com ressalvas. 3) Reprovar o RAG. O resultado da votação foi o seguinte: a proposta 1 não recebeu nenhum voto. A proposta 2, seis votos. A proposta 3 recebeu 28 votos, tendo sido aprovada. Houve ainda três abstenções. **Deliberação: o Plenário decidiu, com 28 votos, reprovar o Relatório Anual de Gestão – RAG 2018 do Ministério da Saúde.** Na sequência, o coordenador da COFIN submeteu à apreciação do Pleno a minuta de

recomendação, que resultou do seminário. No documento, o CNS recomenda ao Ministro de Estado da Saúde, ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS, que: a pactuação e a respectiva publicação sobre as mudanças de critérios de repasse para o custeio de ações e serviços de saúde no tocante à atenção primária no SUS, em respeito à Lei Complementar nº 141/2012, não entre em vigor até a discussão e deliberação do Pleno do Conselho Nacional de Saúde, com vistas a garantir o devido processo previsto na legislação e a assegurar maior espaço democrático e legitimidade ao processo, na construção ampliada e participativa da Atenção Primária em Saúde, reforçando cada vez mais seu papel primordial na consolidação do SUS. Após a leitura, foram apresentadas as seguintes sugestões: para ter coerência acerca da etapa em que se encontra, retirar “ao CONASS e CONASEMS” e manter apenas “ao Ministro de Estado da Saúde”; substituir “a ser pactuada” por “a proposta pactuada”; substituir “até” por “sem a discussão” do Pleno. Como proposta alternativa, foi sugerido o seguinte texto: “Não entre em vigor, nem seja publicada, sem a discussão e deliberação do Plenário do CNS”. **Deliberação: o texto com alterações foi aprovado com três votos contrários e uma abstenção.** Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**, em relação à recomendação votada, declarou sua abstenção explicando que, segundo seu entendimento, o Conselho é instância máxima do controle social que delibera sobre as questões de sua competência definida na Lei, não incluindo o mérito do que ora estava sendo votado. **ITEM 5 – COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA E PESQUISA – CONEP - Eleição dos membros para a composição da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, mandato 2020/2024 – Composição da mesa:** conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora-adjunta da CONEP/CNS; e comissão eleitoral para escolha de novos membros da CONEP: conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira**; conselheiro **Arlison Cardoso da Silva**; conselheira **Elaine Junger Pelaez**; conselheiro **Moyses Toniolo**; e conselheira Vanja Andréa Reis dos Santos. Iniciando este ponto de pauta, conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora-adjunta da CONEP/CNS, contextualizou que, nos termos da Resolução do CNS nº. 446/2011, o mandato dos membros da CONEP será de quatro anos, com renovação alternada a cada dois anos, de quinze de seus membros titulares e dois ou três de seus membros suplentes. O processo de indicação dos membros da CONEP é organizado e deliberado pelo Pleno do CNS na primeira quinzena do mês de novembro dos anos ímpares. Sendo assim, iniciou-se no segundo semestre de 2019, processo eleitoral para renovação parcial da composição da Comissão. Cada Comitê teve oportunidade de apresentar até dois nomes para comporem a lista indicativa de candidatos, não necessariamente dentre seus membros. Dentre os componentes da Comissão, os indicados deverão ser escolhidos por terem se destacado em sua vida profissional no campo da ética na pesquisa e na saúde, devendo os demais representar os diversos campos de atuação capazes de conferir à comissão caráter multidisciplinar, contemplando os diversos campos do saber. Segundo o disposto no art. 5º da Resolução nº. 446/2011, foi instituída comissão eleitoral composta por 50% dos membros da CONEP/CNS e 50% dos membros da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde – SCTIE, que avaliou e selecionou os novos membros durante a 9ª Reunião da CONEP, realizada nos dias 23, 24 e 25 de setembro. Os nomes escolhidos após a análise curricular, conforme determina a Resolução nº. 446/2011, foram os seguintes: **I – Titulares:** **1)** Aline Oliveira Machado, feminino; Região Nordeste, Paraíba, Centro Universitário do Vale do Ipojuca, psicóloga; **2)** Carlos Alberto Guimarães, masculino; Região Sudeste, Rio de Janeiro, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, médico; **3)** Claudio Gustavo Stefanoff, masculino, Região Sudeste, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva – InCa; **4)** Daniel Ferreira Gonçalves de Oliveira, masculino, Região Nordeste, Paraíba, Hospital Universitário Alcides Carneiro – Universidade Federal de Campina Grande, representante de usuário – ciências sociais; **5)** Esther Jean Langdon, feminino, Região Sul, Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, antropóloga e socióloga; **6)** Etiane Caloy Bovkalovski, feminino, Região Sul, Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, licenciatura e bacharelado em história; **7)** Luciane Cristina Joia, feminino, Região Nordeste, Bahia, Faculdade São Francisco de Barreiras, fisioterapeuta; **8)** Ricardo Gamarski, masculino, Região Centro-Oeste, Distrito Federal, Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS/SES/DF; **9)** Roseli Mieko Yamamoto Nomura, feminino, Região Sudeste, São Paulo, CEP do Centro Universitário São Camilo, médica e advogada; **10)** Sergio Surugi de Siqueira, masculino, Região Sul, Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, farmacêutico-bioquímico; **11)** Sheila Bernardino Fenelon, feminino, Região Sudeste, Minas Gerais, Universidade Federal de Uberlândia – CEP UFU, médica. **II - Suplentes:** **1)** Giovanni Bezerra do Nascimento,

masculino, Região Norte, Tocantins, Universidade Estadual do Tocantins, assistente social; e 2) Suzana Abe Miyahira, feminino, Região Sudeste, São Paulo, Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, médica. **Deliberação: aprovadas, por unanimidade, as indicações para compor a CONEP/CNS.** A coordenadora-adjunta do CNS agradeceu o Pleno pela aprovação dos nomes e elogiou a comissão eleitoral pelo excelente trabalho. Definido esse ponto, às 16h40, a mesa encerrou o primeiro dia de reunião. O item 6 da pauta foi adiado para o segundo dia de reunião. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras na tarde do primeiro dia de reunião: **Titulares** - **Altamira Simões dos Santo de Souza**, Rede Nacional Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e Aids; **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Raras – SUPERANDO; **André Luiz de Oliveira**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; **Antônio Lacerda Souto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG; **Antônio Magno de Sousa Borba**, Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde; **Artur Custódio Moreira de Sousa**, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN; **Carlos de Souza Andrade**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **Delmiro José Carvalho Freitas**, Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; **Denise Torreão Correa da Silva**, Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA; **Eduardo Maércio Fróes**, Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia – ABRAL; **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; **Elisabete Pimenta Araújo Paz**, Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Gerídice Lorna Andrade de Moraes**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares – ABRAZ; **Joana Batista Oliveira Lopes**, Federação Nacional dos Odontologistas – FNO; **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional das Associações e Entidades de Diabetes – FENAD; **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de Psicologia – CFP; **Moyisés Longuinho Toniolo de Souza**, Articulação Nacional de Luta Contra a AIDS – ANAIDS; **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde; **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; **Rildo Mendes**, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-SUL; **Ruth Cavalcanti Guilherme**, Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN; **Shirley Marshal Diaz Morales**, Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE; **Solimar Vieira da Silva Mendes**, Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – Unasus/sindical/SINAUS; **Sueli Terezinha Goi Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida – REDEUNIDA; **Valdenir Andrade França**, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; e **Vanja Andréa Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres – UBM. **Suplentes** - **Adolorata Aparecida Bianco Carvalho**, Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; **Alex Gomes da Motta**, Pastoral da Saúde Nacional; **Arlison da Silva Cardoso**, Conselho Nacional de Secretárias Municipais de Saúde – CONASEMS; **Elgiane de Fátima Machado Lago**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Geordeci Menezes de Souza**, Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Giancarlo de Montemor Quagliarello**, Conselho Federal de Odontologia – CFO; **José Vanilson Torres**, Movimento Nacional de População de Rua – MNPR; **Ligia Aparecida Correa Cardieri**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – RNFS; **Marcia Patrício de Araújo**, Associação Brasileira dos Ostomizados – ABRASO; **Maria da Conceição Silva**, União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; e **Myrian Coelho Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. Iniciando o segundo dia de reunião, às 9h, a mesa foi composta para o item 7 da pauta. **ITEM 7 – GENOCIDIO DA POPULAÇÃO NEGRA** - **Apresentação:** **Rita Helena do Espírito Santo Borret**, Médica de família e comunidade - Clínica da Família Anthídio Dias da Silveira (Jacarezinho) e Professora da Universidade Estácio de Sá; **Ana Paula Oliveira**, Cofundadora do Movimento Mães de Manguinhos; **Mônica Cunha**, Coordenadora e fundadora do Movimento Moleque/Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ / Educadora social. **Coordenação:** conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Altamira Simões**. A primeira expositora neste ponto, **Mônica Cunha**, fundadora e Coordenadora do Movimento Moleque, Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da ALERG e Educadora Social, iniciou a sua fala de forma contundente, dizendo ser mãe de um jovem negro assassinado. Em seguida, chamou a atenção para o fato de a população negra ser a maior do país e não ocupar o espaço merecido. Falou, também, um pouco sobre Movimento Moleque, dizendo que a abolição, na

verdade, não aconteceu na prática, haja vista os casos recorrentes de discriminação que são relatados cotidianamente. Sendo necessário, pois, espaços para que se debata e se afirme a luta contra o racismo. Na condição de mãe negra, defendeu que houvesse mais espaços para que as mães negras falassem sobre si, sobre as suas histórias e sobre as suas lutas. Foi vigorosa, ao conclamar que é necessário que se debata, sim, o racismo no Brasil de forma ampla e democrática. Na sequência, falou **Ana Paula Oliveira**, cofundadora do Movimento Mães de Manguinhos, que, também, se apresentou com mãe de jovem negro assassinado aos 19 anos por um policial. Nessa condição e com muita emoção, disse que buscava forças para representar todas as mães que não tinham espaços e nem vozes para falarem de suas dores e de seus sofrimentos. Lembrou que, à época da perda do filho, embora precisasse, não encontrou nem acolhimento, nem apoio psicológico, o que, certamente, não ocorreu apenas com ela, mas com muitas mães em situações como a sua. Ainda emocionada, perguntou o que se poderia fazer para o enfrentamento da violência que tem cor e tem classe e, como exemplo, citou o Rio de Janeiro que tem o maior índice de homicídios cometidos pela polícia e com o maior número de mães adoecidas por essa violência. Situação essa que considerou lamentável. Concluída essa fala, interveio **Rita Helena do Espírito Santo Borret**, Médica de Família e Comunidade, na Clínica da Família Anthídio Dias da Silveira (Jacarezinho) e professora da Universidade Estácio de Sá, que afirmou ser as questões raciais um fator relevante que impacta a saúde da população negra e lembrou que o genocídio dessa população vem desde a chegada dos portugueses ao Brasil, ou seja, mais de 500 anos. Foi mais longe, afirmou que a abolição pode ser considerada *fake news*, porque aboliu, mas não considerou a população negra digna de direitos e isso faz com seja submetida a um massacre cotidiano. Diante desse cenário, convidou o CNS que, enquanto espaço de debates sobre direitos e cidadania, fizesse algo a respeito e para finalizar perguntou se o Estado e a sociedade continuarão permitindo que a população negra seja, com sempre tem sido, alvo de violência, discriminação e morte. Conselheira **Jupiara Gonçalves de Castro**, reafirmando a luta da mulher negra, reconheceu que o CNS está alinhado nessa proposição. Ainda assim, ressaltou a necessidade de se ter presente no debate sobre a questão racial o fato de a sociedade ser multirracial e multicultural. Na questão da saúde, observou ser relevante a formação e preparação dos recursos humanos, para que se possa oferecer acesso digno a essa população. Ademais, fez a defesa de debate etnicorracial para abordagens de políticas estruturantes. Após essas falas, foi aberta a palavra ao Pleno para manifestações. Conselheiro **Neilton Araújo de Oliveira** saudou as componentes da mesa e salientou a importância de pautar esse tema no CNS para dar maior visibilidade e definir ações concretas. Lembrou que o Brasil foi o último país, ainda que de forma demagógica, a abolir a escravidão, mas os reflexos desse processo perduram até hoje. Como encaminhamentos, sugeriu que esse seja um tema permanente de todas as comissões do Conselho e seja tratado de forma transdisciplinar em todos os eventos a serem realizados e que a síntese das falas e outros materiais deste ponto sejam enviados à Comissão Intersetorial de Políticas de Promoção da Equidade – CIEPP/CNS para servir de subsídio ao debate. Conselheiro **José Vanilson Torres**, na sua fala, conclamou a todos para que também se indignassem e lutassem para que esse cenário pudesse, de fato, mudar. Lembrou, a propósito, que é representante da população de rua, onde 70% são negros e historicamente seu direito vem sendo negados. Conselheira **Vitória Bernardes Ferreira** questionou como uma mulher branca não conseguia dimensionar a dor da mulher negra e, por esse ângulo, fez alusão às armas. No seu entendimento, são instrumento de morte e de genocídio e que está potencializado no Projeto de Lei que propõe a liberação do porte de armas para um grupo. Se aprovado, afirmou que potencializa e amplia ainda mais as mortes na população negra. Conselheira **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello** desculpou-se por fazer parte do universo responsável pela situação que estava sendo debatida. Reconheceu que estar naquela mesa era o resultado de uma luta histórica e foi enfática ao manifestar-se refratária ao racismo. Concluiu chamando a atenção para a importância de se encontrar caminhos que evitassem a recorrência na discriminação da população negra. Conselheira **Elaine Junger Pelaez**, segundo o seu ponto de vista, o racismo afeta um dos princípios do SUS, que é a universalidade. Mas em contrapartida, evidenciou o empenho do CNS em alinhar-se à luta para a reversão desse processo perverso e citou, como exemplo, a Campanha do CFSS, que é o Serviço social contra o racismo. Para ter acesso, informou que o site era racismo.com.br, espaço este onde os profissionais postam material contra o racismo, porque a sua entidade tem, além do compromisso ético, a responsabilidade de repudiar veementemente o racismo e cotidianamente lutar em defesa da população negra. **Roberta**, professora da Fiocruz, em sua intervenção, solicitou atenção para duas questões: genocídio da população negra, mesmo

enquanto política pública que transforma o corpo negro em forma de acumulação trazida ainda do tempo da subserviência; e a liberação das armas, onde o negro aparece como inimigo ficcional, que resulta em morte e encarceramento que, predominantemente, foca na população negra. Também, fez alusão à nova política de saúde mental, que acaba com a política de redução de danos. Para potencializar ainda mais esse cenário, informou que uma única disciplina, no Programa de Saúde Pública, tem o racismo como centralidade, sendo que nas demais áreas inexistem tratativas a esse respeito. Ainda que existam tantas situações adversas, considerou o CNS um espaço importante para a natureza desse debate e na apuração de quem está ganhando com a morte da população negra, com o encarceramento, com a saúde mental e com outros tantos fatores que contribuem para a discriminação dos negros no Brasil. A despeito desse cenário, lembrou que, após árdua luta, foi a provada a Política Nacional da População Negra, mas com baixíssima execução, o que demonstra uma retórica cínica, coibindo a população negra de ocupar espaços que historicamente lhe é devido. **Michele**, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz, iniciou a sua fala, corroborando outras falas feitas anteriormente focadas no desenvolvimento de ações que, efetivamente, enfrentem o racismo. De acordo com a sua defesa, o CNS poderia incluir como pauta permanente em suas reuniões o racismo na população. Trouxe à tona, ainda, o racismo enquanto questão de saúde pública e, para justificar essa sua afirmação, lembrou o aumento considerável de suicídio que ocorre com os negros no país. Consciente de que o panorama não é favorável, disse que está empenhada na formação de profissionais para o enfrentamento do racismo e da homofobia e concluiu dizendo que para além do discurso, é preciso exercer a prática, porque a saúde pede socorro. **Mariana**, no contexto da necessidade de formação de profissionais que acolham e tratem a população negra, respeitando as suas especificidades, perguntou como garantir o acesso e tratar essa população sem profissionais preparados. Conselheira **Marisa Furia Silva** assumiu o compromisso de pautar o tema na Comissão Intersetorial de Saúde Mental e concordou que a volta da comunidade terapêutica era parte de um projeto político para contribuir com o extermínio da população negra. Conselheiro **Arlison da Silva Cardoso**, apoiando o debate, disse que o CONASEMS pauta, em seus congressos, o tema sobre a população negra, mas reconheceu que a Política Nacional da População Negra está longe de ser implantada na sua plenitude. Comprometeu-se em pautar matérias a respeito na revista do CONASEMS e apoiou que o tema seja permanente nas reuniões ordinárias do CNS. **Carlos Alves**, Movimento LGBT, na condição de negro e sujeito de todo esse processo de discriminação, defendeu que seja barrado o projeto do Ministro da Economia, Paulo Guedes e que se rompesse com o governo e se partisse para o combate nas bases. Lembrou que é lá onde a população negra sofre sem perspectiva de mudança de realidade. **Retorno da Mesa**. Conselheira **Altamira Simões dos Santos de Souza**, diante de tudo o que foi falado e para encerrar a mesa que tão bem expressou a discriminação por que passa a população negra, concordou que o tema faça parte de todas as comissões do CNS. Sendo assim, possibilitará que o debate ganhe ainda mais força no controle social e se despediu desejando que homens e mulheres caminhem juntos porque a luta é de todos. **Rita Helena do Espírito Santo Borret**, Médica de família e comunidade - Clínica da Família Anthídio Dias da Silveira (Jacarezinho) e Professora da Universidade Estácio de Sá reforçando o debate, lembrou que a cultura brasileira é racista, bastando observar as expressões musicais e religiosas. Como a população negra é humana, disse que é passível de direitos e, sendo assim, o debate não deveria ser transversal, mas, central para sensibilizar e dar maior visibilidade. Concluiu, enfatizando que o racismo é estruturante e estrutural e que a Política Nacional da População Negra precisava ser implementada na sua plenitude. **Ana Paula Oliveira**, Cofundadora do Movimento Mães de Mangueiros, a primeira observação que fez foi em relação aos profissionais de saúde, que, na sua opinião, precisavam ser preparados para receberem e cuidarem da população negra. Além disso, fez alusão às mães que tiveram seus filhos arrancados de seu convívio e lutam, em memória, buscando justiça. São mães que não tiveram o direito de viver o luto pela perda de seus filhos e, por isso, acabam adoecendo e morrendo sem atendimento. **Encaminhamento: dada a gravidade da situação, o CNS assumiu o compromisso priorizar o debate relacionado à centralidade das relações étnico raciais e combate ao racismo**. Após esse ponto, a mesa suspendeu os trabalhos para que todos os presentes participassem do ato em defesa da vida e da paz, realizado na praça da ENSP/FIOCRUZ. **ITEM 8 – MANIFESTAÇÃO PELA VIDA E PELA PAZ** – Não houve encaminhamentos neste ponto de pauta. Após o ato, houve um intervalo para o almoço. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras na manhã do segundo dia de reunião: *Titulares* - **Altamira Simões dos Santos de Souza**, Rede Nacional Lai Lai Apejo – Saúde da População Negra e Aids; **Ana Lúcia da Silva**

Marçal Paduello, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Raras – SUPERANDO; **André Luiz de Oliveira**, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; **Antônio Lacerda Souto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG; **Antônio Magno de Sousa Borba**, Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde; **Artur Custódio Moreira de Sousa**, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – MORHAN; **Carlos de Souza Andrade**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **Delmiro José Carvalho Freitas**, Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; **Denise Torreão Correa da Silva**, Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA; **Dulcilene Silva Tiné**, Federação Brasileira de Hospitais – FBH; **Eduardo Maércio Fróes**, Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia – ABRALÉ; **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; **Elisabete Pimenta Araújo Paz**, Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Geridice Lorna Andrade de Moraes**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares – ABRAZ; **Joana Batista Oliveira Lopes**, Federação Nacional dos Odontologistas – FNO; **Jupiara Gonçalves Castro**, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos das Instituições de Ensino Superior Pública do Brasil – FASUBRA; **Luiz Aníbal Vieira Machado**, Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional das Associações e Entidades de Diabetes – FENAD; **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de Psicologia – CFP; **Moysés Longuinho Toniolo de Souza**, Articulação Nacional de Luta Contra a AIDS – ANAIDS; **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde; **Priscilla Viégas Barreto de Oliveira**, Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; **Rildo Mendes**, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPIN-SUL; **Ruth Cavalcanti Guilherme**, Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN; **Shirley Marshal Diaz Morales**, Federação Nacional dos Enfermeiros – FNE; **Solimar Vieira da Silva Mendes**, Sindicato dos Servidores do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – Unasus/sindical/SINAUS; **Sueli Terezinha Goi Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida – REDEUNIDA; **Valdenir Andrade França**, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; e **Vanja Andréa Reis dos Santos**, União Brasileira de Mulheres – UBM. *Suplentes* - **Adolorata Aparecida Bianco Carvalho**, Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV; **Alex Gomes da Motta**, Pastoral da Saúde Nacional; **Arlson da Silva Cardoso**, Conselho Nacional de Secretárias Municipais de Saúde – CONASEMS; **Elgiane de Fátima Machado Lago**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Geordecio Menezes de Souza**, Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Giancarlo de Montemor Quagliarello**, Conselho Federal de Odontologia – CFO; **José Vanilson Torres**, Movimento Nacional de População de Rua – MNPR; **Ligia Aparecida Correa Cardieri**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - RNFS; **Luiz Alberto Catanoso**, Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – SINDNAPI/FS; **Marcia Patrício de Araújo**, Associação Brasileira dos Ostomizados – ABRASO; **Maria da Conceição Silva**, União de Negros pela Igualdade – UNEGRO; **Maria Laura Carvalho Bicca**, Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; **Michele Seixas de Oliveira**, Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; **Myrian Coelho Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. Retomando às 14h15, a mesa foi composta para o item 6 da pauta. **ITEM 6 – COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E RELAÇÕES DE TRABALHO – CIRHRT** - *Apresentação:* conselheira **Francisca Valda da Silva**, coordenadora-adjunta da CIRHRT/CNS. *Coordenação:* conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS. Primeiro, a coordenadora-adjunta da CIRHRT/CNS fez os seguintes informes: a Comissão já encaminhou as definições do Pleno sobre a Comissão de Residência Multiprofissional; e a Comissão realizará seu planejamento no final do mês de novembro de 2019. Na sequência, apresentou o parecer elaborado pela CIRHRT referente ao processo de reconhecimento do curso de Medicina da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais. O parecer foi favorável, pois o projeto pedagógico do curso está em acordo com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Medicina. Além disso, demonstra relevância social, compromisso e articulação com o SUS e uma formação voltada para o desenvolvimento de capacidades profissionais coerentes com o contexto local, regional e nacional, bem como com as tendências internacionais para o ensino e educação na saúde. Tendo em vista a capacidade institucional e a articulação com o sistema de saúde, sugere-se que a instituição e o MEC avaliem a possibilidade de expansão de vagas. **Deliberação: o Pleno aprovou, por unanimidade, o parecer favorável ao processo de reconhecimento do**

curso de Medicina da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais. **ITEM 9 – VALIDAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNS** - *Apresentação:* consultor **Paulo César Carbonari**. *Coordenação:* conselheiro **Fernando Zasso Pigatto**, Presidente do CNS. Contextualizando, o Presidente do CNS fez uma síntese do processo de elaboração do Planejamento Estratégico Participativo do CNS 2019-2021 elaborado pelo Pleno, com o apoio do professor Paulo César Carbonari, realizado em três etapas: a primeira, nos dias 14 e 15 de maio, para levantamento de subsídios para a elaboração do Planejamento Estratégico; a segunda, nos dias 2 e 3 de julho de 2019, para validação de aspectos de diagnóstico, normativos e a elaboração da orientação da ação; e a terceira, nos dias 12 e 13 de setembro de 2019, com análise e validação do acumulado das duas etapas já realizadas e definição de ações. Explicou que o Planejamento não é um instrumento estanque, podendo ser revisitado e revisitado a qualquer tempo, por definição do Pleno. O consultor **Paulo César Carbonari** explicou que o documento final do Planejamento Estratégico do CNS compila os debates do Conselho, configurando-se em uma orientação para as atividades do CNS, contemplando, inclusive, as contradições que surgiram nos debates durante as três etapas. Sinalizou que as projeções são importantes para precisam ser traduzidas, na prática, em planos operacionais (programação) e, além disso, criar mecanismos de monitoramento, definir espaço de dinâmica de avaliação a cada ano e replanejar (Ciclo PMA – planejamento, monitoramento e avaliação). Disse que ainda seria feita revisão final do documento do Planejamento, para verificar de aspectos gramaticais e em dez dias encaminharia a versão final. Além disso, informou que seria elaborado outro documento relatando todo o processo de construção do Planejamento Estratégico. Após essas considerações, o Presidente do CNS colocou em apreciação o documento do Planejamento Estratégico Participativo do CNS 2019-2021. **Deliberação: o documento com o do Planejamento Estratégico Participativo do CNS 2019-2021 foi aprovado com uma abstenção.**

ITEM 10 – COMISSÕES INTERSETORIAIS DO CNS E ENCAMINHAMENTOS DO PLENO - *Comissões Intersetoriais. Câmaras Técnicas. Coordenação de Plenárias dos Conselhos de Saúde. Composição da mesa:* conselheiro **Moyses Longuinho Toniolo de Souza**, da Mesa Diretora do CNS; e conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS. **1) Definição da data da 325ª Reunião Ordinária do CNS, prevista para o mês de janeiro de 2020** - conselheira **Elaine Junger Pelaez** explicou que, em virtude do prazo exigido para emissão de passagens, o Pleno definiu a data da primeira reunião de 2020. O calendário com as datas das demais reuniões do Conselho seria aprovado na reunião ordinária do mês de dezembro de 2019. Explicou que a proposta é realizar a reunião nos dias 23 e 24 de janeiro, em Porto Alegre e assegurar a participação do Conselho nas atividades do Fórum de Resistência, que ocorrerá de 21 a 24 de janeiro de 2020, na cidade. **Deliberação: o Pleno aprovou, por unanimidade, a realização da reunião ordinária de janeiro de 2020 nos dias 23 e 24 de janeiro, em Porto Alegre. Além disso, foi aprovada a participação do Conselho nas atividades do Fórum de Resistência, que ocorrerá de 21 a 24 de janeiro de 2020, em Porto Alegre.**

2) Minuta de recomendação elaborada pela Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI/CNS. Recomenda. À Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS), que: 1) Elabore e implemente um Plano de Ação Emergencial para o Vale do Javari, com início imediato, envolvendo todas as instituições que atuam com os povos indígenas na região (FUNAI, Secretaria Municipal de Saúde, Ministério Público, entre outras) e que seja acompanhado pelo Grupo de Trabalho da CISI/CNS; e 2) Estabeleça ações pontuais para a solução dos problemas mais urgentes, como saneamento básico na Casa de Saúde Indígena (CASAI) de Atalaia do Norte. O documento é resultado da visita do GT do CNS ao Vale do Javari. Conselheiro **Haroldo de Carvalho Pontes**, coordenador adjunto da CISI/CNS, explicou que o relatório da visita foi enviado à Mesa Diretora com antecedência, mas não foi pautado para apresentação ao Pleno do CNS. Recordou que, em situações semelhantes, a dinâmica era apresentação do relatório, debate e votação. Diante da fala do coordenador adjunto da CISI, Conselheiro **Moyses Longuinho Toniolo de Souza** sugeriu o envio do relatório a todos os conselheiros para conhecimento. O Presidente do CNS disse que o relatório poderia ser enviado aos conselheiros, para conhecimento e a votação da minuta e daria posteriormente. De todo modo, perguntou ao coordenador adjunto da CISI/CNS qual seria o melhor encaminhamento. Em resposta, conselheiro **Haroldo de Carvalho Pontes**, coordenador adjunto da CISI/CNS, disse que a expectativa da Comissão era que o tema fosse pautado na reunião do CNS, para debate, com apreciação do relatório. No seu ponto de vista, o encaminhamento que traria menos prejuízos seria a aprovação da minuta nesta reunião e a apresentação do relatório na próxima reunião. Aproveitou para registrar sua crítica à forma de encaminhamento dada a este tema.

Conselheiro **Valdenir de Andrade França** pontou que os povos indígenas do Vale do Javari aguardavam o posicionamento do CNS a respeito da situação vista no local. Após essas falas, a mesa colocou em apreciação a proposta de encaminhamento apresentada pelo coordenador adjunto da CISI/CNS. **Deliberação: a recomendação apresentada pelo GT/CISI/CNS foi aprovada por unanimidade. Na próxima reunião, será pautado debate sobre a situação do Vale do Javari. O relatório da visita ao Vale do Javari será enviado com antecedência aos conselheiros para subsidiar o debate.** 3) Minuta de recomendação elaborada pela Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência – CIASPD/CNS. No documento, o CNS recomenda ao Congresso Nacional que considere a adoção do IFBr-M como instrumento legítimo de avaliação biopsicossocial da deficiência. **Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.** 4) Minuta de recomendação. Recomenda aos Deputados Federais e Senadores da República que rejeitem o veto do Presidente da República ao Projeto de Lei nº 6.566/2013, tendo em vista que a garantia de recursos públicos para pesquisas sobre doenças raras ou negligenciadas é matéria de interesse público e de alta relevância social. **Deliberação: a recomendação foi aprovada por unanimidade.** 5) Minuta de recomendação. Recomenda aos Senadores da República que arquivem o Projeto de Lei nº 3.723/2019, com vistas a garantir a redução da violência e a construção de uma política de segurança pública séria e responsável com a promoção da paz e o reconhecimento dos direitos humanos. **Deliberação: aprovado o mérito por unanimidade. ENCERRAMENTO** – Nada mais havendo a tratar, conselheira **Elaine Junger Pelaez**, da Mesa Diretora do CNS, às 15h45, encerrou a 323ª Reunião Ordinária do CNS. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e conselheiras na tarde do segundo dia de reunião: *Titulares* - **Ana Lúcia da Silva Marçal Paduello**, Associação Brasileira Superando o Lúpus, Doenças Reumáticas e Raras – SUPERANDO; **Antônio Lacerda Souto**, Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG; **Antônio Magno de Sousa Borba**, Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços – CNSaúde; **Delmiro José Carvalho Freitas**, Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY; **Denise Torreão Correa da Silva**, Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA; **Dulcilene Silva Tiné**, Federação Brasileira de Hospitais – FBH; **Eduardo Maércio Fróes**, Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia – ABRALE; **Elaine Junger Pelaez**, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; **Elisabete Pimenta Araújo Paz**, Conselho Federal de Enfermagem – COFEN; **Fernando Zasso Pigatto**, Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **Gerídice Lorna Andrade de Moraes**, Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares – ABRAZ; **Joana Batista Oliveira Lopes**, Federação Nacional dos Odontologistas – FNO; Força Sindical – FS; **Luiz Carlos Medeiros de Paula**, Federação Nacional das Associações e Entidades de Diabetes – FENAD; **Marisa Helena Alves**, Conselho Federal de Psicologia – CFP; **Neilton Araújo de Oliveira**, Ministério da Saúde; **Ruth Cavalcanti Guilherme**, Associação Brasileira de Nutrição – ASBRAN; **Sueli Terezinha Goi Barrios**, Associação Brasileira da Rede Unida – REDEUNIDA; e **Valdenir Andrade França**, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB. *Suplentes* - **Alex Gomes da Motta**, Pastoral da Saúde Nacional; **Arlson da Silva Cardoso**, Conselho Nacional de Secretárias Municipais de Saúde – CONASEMS; **Deise Araújo Souza**, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **Elgiane de Fátima Machado Lago**, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; **Fernanda Lou Sans Magano**, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; **Francisca Valda da Silva**, Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn; **Geordecio Menezes de Souza**, Central Única dos Trabalhadores – CUT; **Ligia Aparecida Correa Cardieri**, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - RNFS; **Marcia Patrício de Araújo**, Associação Brasileira dos Ostomizados – ABRASO; **Maria da Conceição Silva**, União de Negros pela Igualdade – UNEURO; **Maria Laura Carvalho Bicca**, Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS; e **Myrian Coelho Cunha da Cruz**, Conselho Federal de Nutricionistas – CFN.